

1867

Fol 1.

~~Julho~~ o Municipal do Ter-
mo de São Sebastião do

Signatário do Escrivão Vanilla

Thyago de São Dias

José Mendes de Castro Rodrigues e
José Antonio e Silva e Silva

Auto de

Reconhecimento

Atto de casamento de
São José e Maria Christ. de mil
auto de casamento de mil
auto de mil de Outubro
de este anno mil e oito de
São Sebastião do Terço, Co-
mune de São Miguel de
Província de Santa Cathari-
na, em um Cartório de
audiência pública e em
Cartório para em data de
presente e de o presente
regue Carlos Baptista
Municipal Miguel de
um e outro, em tempo,
ende em Escrivão de um cargo
para em, e hi se viu o del
centado José e Silva de
de Rodrigues e o curador

a esta cas feita a José Antonio
elb artim, para na presente
audiencia vir reconhecido seu
signal, firma e obrigação de
grauar ter de seis centos e cinco
enta mil réis que passou a
joão de Saun de Silva um qua-
torze de junho de mil e trezentos
e sessenta e cinco, a prazo de
dois por cento ao ano no folto e
pagamento; e em razão q' um
bando apregoado e não compare-
cendo a esse recato se hajam por
reconhecido a firme signal e
obrigação, ficando lhe assignado
o dia dia de São João allegor
o embargo q' intervier. Depois de
isto fôr lido apregoado, e com-
pareceu o Rôo Joachim elb ar-
tim e reconheceu seu signal fir-
ma e obrigação. O juiz condemp-
na o presente para pagar ao achu-
tor o principal puro, e as taxas
puras de dia dia, tomando um
minuto do colto e cumprindo de
colto que fôr assignado pelo ju-
iz e parte. Depois para con-
tar fôr colto de lino que se deu
de an thocao, e tra hido de
minuto de colto. Cu fôr
chamado a pagar a V. R. e
dado a escrever em nome
Joachim elb artim

No. 4.
 Pg. 100 réis. 1/2
 Cas. 2 de 100. del 16/4
 Vm. Chav.

~~Asses~~ Sous-Jury Municipal 1^{er} Substitut

Luiz José Mendes da Costa Rodrigues, morador no Termo da
 Villa de S. Sebastião da Foz de Tijucas, que tendo por Antonio Mos-
 tins, morador no districto da Freguesia de S. João Baptista de Alto Tiju-
 cas, recebido como legitimo credito do credito incluzo (que lhe
 foi traspassado) e confessado ser verdadeira a divida pedida de prin-
 cipal e juro, venha a elle o mesmo credito, como consta do documen-
 to junto, processado no Juizo de Paz, que tem forza de scriptura publi-
 ca, por deslarmado por Exercicio, que tambem exerce as funcoes de Ta-
 bellião de Notas, por isso, e porque o Suppl. de não conciliou com-
 pletamente, em razão do prazo de prazo que expigia, que por-
 tanto o Suppl. fará locitar para na primeira audiencia des-
 te Juizo fallar ahi, termo de luo accus de assignação de dez di-
 as, precedida no termo de conciliação do Juizo de Paz, de que se
 trata, e para o que //

Vamos a ver. Tijuca
Outubro de 1867.

Boitum

P.^a H. L. de digno mandar para
se dar mandado para des citados o Ju-
ryz.^{do}, para sua primeira audiencia
d'este feiro ves assignar de seus
ordens e dias da Lei, para allegar os
Embargos que tiver, do goeito e pa-
gas, sob pena de ser condemnado,
no principio e juros do credito,
bem como nas custas.

E. K. Moore

Tijucas 5 de agosto de 1867. José Antonio de los Rios
 A presentada hoy 2 de octubre de 1867.
 Bartolomé

Nº 15.
 O. Augusto R. de Jesus,
 2 de Maio de 1867
 Vinha Branca

O Tenente Henrique Carlos
 Barthelemy juiz municipal
 em exercício neste termo de
 São Sebastião do Iguaçu

e antes aguer official de
 justiça do t. Juiz aguer este
 for apremiadas uns por man
 rubricados, que em tempo o for
 Antonio Alberto, por ter o
 com todos os peticas retro
 com do prazo, e que com per
 Iguaçu 2 de Maio de 1867
 Eu Juiz Henrique Carlos
 E assim assento

V. Branca

Certifico eu official de justiça abaixo
 assignado que em cumprimento da
 petição e mandado retro, intimei
 o sr. José Antonio Martins,
 por todo o conteúdo na petição
 e mandado retro, o qual ficou
 bem sciencia e referido e verda
 de e dou fei. Pedras Termos
 desta Villa de São Sebastião 2
 de Outubro de 1867

Citação 1500 e Manoel Pinto da Silva
 Cam 6.000
 7.500

1867
 O. Augusto R. de Jesus,
 2 de Maio de 1867
 Vinha Branca

Diz José Elencos da Costa Rodrigues, morador na Freguesia de Porto bello, e nesta Freguesia de S. João Baptista por seu Procurador abaixo assignado, que na qualidade de de sessionario de João de Souza da Silva, e deve da a Supp^{te}, José Antonio Martins, morador no lugar denominado Pedras, districto d'esta Freguesia, da quantia de seiscentos e cincoenta mil reis (650,000 reis) proveniente d'um credito que o Supp^{te} passou ao dito João de Souza da Silva, em data de 14 de Junho de 1865, a prazo de 2 annos que se venceo no dia 14 de Junho do corrente anno, bem como os juros de dois por cento as mez vencidos da data do vencimento do credito ate ao real embolso; e porque o Supp^{te} se nega satisfazer a referida quantia de principal e primeiros vencidos, por isso que o Supp^{te} secho citar para na primeira audiencia d'este Juizo, depois que citado for, de tratar dos termos conciliatorios a respeito tornando-se de tudo o autor que necessarios forem na forma do estillo, e a final dando de ao Supp^{te} para quando de seu direito que lhe competir e convier.

Como Ninguem. P. At. do Juiz servido mandas que São João Baptista seja o Supp^{te} citado para todo o referido. 17 d. Agosto. 1864. idos e sob as penas da Lei.

Roya

E. R. M^{ce}

O Procurador = João e Moreira dos Santos

Chapman J. Perkins
Cecilia Perkins

²⁰⁰⁰
 Audiencia dada 31 de Agosto de 1867 que foy o Cidadão
 João José da Rosa Juiz de Paz em exercício desta Freguesia
 de São João Baptista do alto Fregueses de São e Sebastião
 da Comarca de São Miguel da Província de Santa Catha-
 rina aos feitos, partes e seus Procuradores = Compareceu perante
 João Moreira dos Santos como procurador de João Estevão
 do Couto Rodrigues e a Curas e Catechens feitos a João e Inácio
 Martins pela quantia de seis cents e seiscentos mil
 reis e os Juizes Vencidos desde o dia quatorze de Junho
 do corrente anno até ao real em loques e requir-
 do para ser arrematado o réo logo foi baptisfido pelo
 escrivão desta freguesia Chrysopho João Martins por não
 haver official de Justiça o qual deu sua fé de
 comparecer o réo em sua propria pessoa e sendo
 tudo mais lido e ratado aos réos e seus defensores

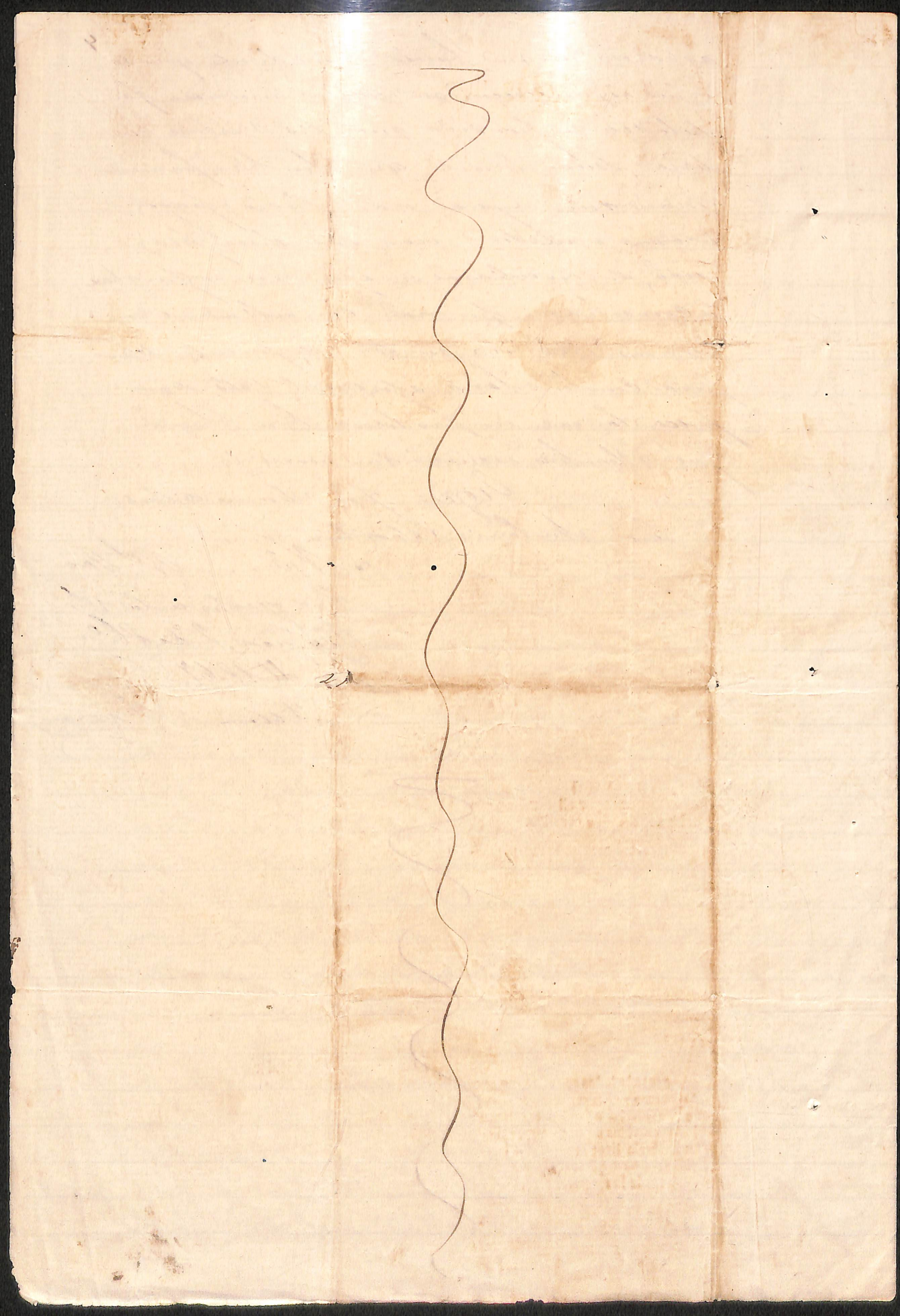
4

assentando em que havia os de direito e fazendo
os seus as ponderações que julga necessárias foi
falso o respondido que era verdade que
dizia hum bandido que tinha firmado
mais que agora não podia pagar
e como o actor não lhe deu prazo
não se conciliava e se por isso o juiz hou-
ve a conciliação por não conciliada e con-
denou o réu nas custas de presente de que
foi o constar logo a presente Cella do que
foi lançado no protocolo. Que o Juiz
foi o Martim e as costas que se derem

Paga - João Alvarado de Santos,
João Antonio Alvarado

N.º 3. R\$ 400
De quatrocentos R\$,
Pagueis, 2 de 60
1866
Vim *[Signature]*





Duro que pagarei ao Senhor João de Souza da Silva, a quantia de seiscentos e cinquenta mil reis (650,000) proveniente de hum citio que comprei aditto Lur, com hum Carta de mo-
rar, para lhe pagar no prazo de dois an-
nos, a contar da data deste, e na falta, pa-
garei adous por cento ao anno, atthe se re-
al em tolos, cuja quantia pagarei adito
Lur, ou quem essa Ordem apresentar, e
para esse fim obrigo a minha pessoa bens
hacidos, e por haver, e elles o mais bem am-
parado, e por ser verdade m'ando passar
opresente, que só a pigno, em presença das
testemunhas abaixo assignadas. *Siguas 14*
de Junho 1865.

João Antonio Martins
Com Testem. e Testes. Paulino José de Mello
Bento Medeiros de Sá e São Sacramento

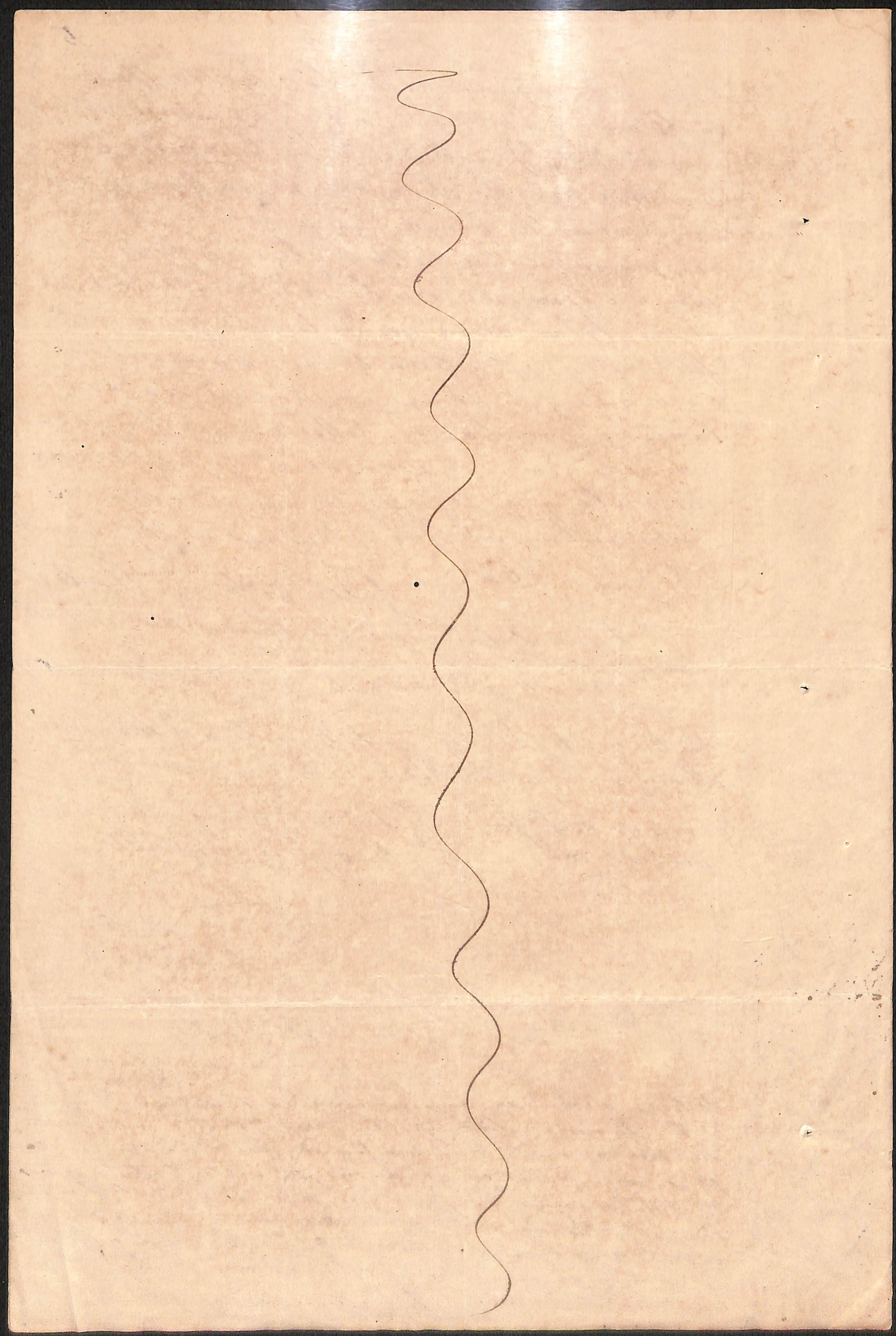
Portence a cobrança deste credito ao Lur José
effendes da Costa Ror Era o lugar supra.

Atrogo do Sr. João de Souza da Silva, p'nao saber ler, e
nem es crever. — Paulino José de Mello.

Nº 3. — 200
Re. de centos reis
Siguas 22 de Junho
de 1865
Vim com

Portence a cobrança do presente credito ao Sr. Francisco
co José Ferreira e Silva por ter recebido d'elle a igual quan-
tia em pagamento que me fez com seu citio no Rio do
Pinto, como me lhos emsto do escripto de contrato que me
foi data me passou; e para que possa haer de Sr. José An-
tonio Martins a quantia de 650,000 reis, no dia de seu ven-
cimento, lhos passei a presente auctorização que me
foi outorgada pelo auctor o Sr. João de Souza da Silva, *Siguas*
cas 28 d'Abri de 1866. — José Mendes da Costa Ror.

Portence a cobrança do presente credito ao Sr. Francisco
co José Ferreira e Silva por ter recebido d'elle a igual quan-
tia em pagamento que me fez com seu citio no Rio do
Pinto, como me lhos emsto do escripto de contrato que me
foi data me passou; e para que possa haer de Sr. José An-
tonio Martins a quantia de 650,000 reis, no dia de seu ven-
cimento, lhos passei a presente auctorização que me
foi outorgada pelo auctor o Sr. João de Souza da Silva, *Siguas*
cas 28 d'Abri de 1866. — José Mendes da Costa Ror.



IMPERIO



DO BRAZIL.

PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

Procuração bastante em mão que faz Jori Mendes
da Costa Rodrigues, com alvará de
declaro

SAIBA quantos este Publico Instrumento de Procuração bastante virem, que no anno do
Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessante e sete, ao
oito dias do mes de Agosto do dito anno, no
Distrito de Porto Alegre Term. de São Sebastião
do Syneuo, Camara de São Miguel de
Provincia de Santa Catharina, no caso
de morada de Jori Mendes da Co-
sta Rodrigues onde fui visto e com alvará
de reconhecimento de mim Jori Mendes da Costa
Reconhecido pelo proprio da minha habilitação e das
em presença das quaes por elle outorgante me foi dito, que por este Instrumento e na melhor for-
ma de Direito nomeia e constitue por seu bastante procurador a João Antonio
da Costa morador no Distrito de São Syneuo,
especialmente para chamar e cance-
liar os seus devedores Jori Antonio e Bar-
tolo morador na Pedra

concede todos os poderes que por Direito lhe são permittidos, para que em nome dell
outorgante como se presente fosse possa em Juizo e fóra d'elle procurar, requerer, allegar e
defender o seu direito e justiça em todas as suas dependencias particulares e causas judiciaes, ci-
veis e crimes, movidas e por mover, em que fôr autor ou réo em qualquer Juizo ou Tribunal
Secular ou Ecclesiastico; arrecadar e haver a si toda a sua fazenda, dinheiro, ouro, prata, escravos,
encomendas, corregações, dividas que se lhe devão, legítimas, legados, heranças, e tudo mais que
por qualquer titulo lhe pertencer, ainda mesmo existente nos cofres publicos da fazenda nacional,

ou em quaesquer outros, dando do que receber as competentes quitações ou recibos, executar e fazer arrematar os bens de seus devedores, proceder e fazer proceder a inventários, partilhas, sob partilhas, com as competentes citações; licitar e relicitar sobre quaesquer bens; fazer aforamentos e arrendamentos; citar e demandar a seus devedores, e a quem mais o deva ser; variar de uma para outra acção; propôr qualquer demanda; jurar em sua alma, de calúnia, decisoria e suppletoriamente, e outro qualquer licito juramento, e fazel-o prestar a quem convier, inquirir, reperguntar, e contraditar testemunhas; dar de suspeito a quem lhe fôr, ouvir despachos, e sentenças; apellar, agravar, embargar, e tudo seguir e renunciar a' é maior alçada, tratar de conciliações perante quaesquer Juizes de Paz, chamar a ellas seus devedores, e a quem mais preciso fôr para tudo quanto necessario seja em geral para o que lhe concede poderes illimitados, podendo substabelecer esta em um ou mais procuradores, e os substabelecidos em outros ficando-lhe sempre os mesmos poderes em seu vigor, e revogal-os querendo. E fará ajustes, traspases, cessões, rebates, esperas, desistencias, transacções amigaveis, composições, confissões, negações, reclamações, remessas, habilitações, justificações, abstencções, protestos, contra-protestos, dar e tomar contas a quem competir, tomar posse, assistindo com esta a toda ordem e figura de Juizo, e fóra d'elle, assignando quaesquer termos, folhas, e outros precisos, fazendo tudo o mais que fôr a bem da sua justiça com livre e geral administração, seguindo suas cartas de ordens, e avisos particulares, que sendo preciso valerão como parte deste Instrumento, havendo por expressos todos os poderes em geral, como se de cada um fizesse especial menção, com reserva da nova citação e da venda de bens, tendo por firme e valioso tudo quanto fizer o dito seu Procurador ou os substabelecidos, aos quaes releva do encargo da satisfação que o Direito outorga. E de como assim o dice , do que dou fé, fiz este Instrumento que lhe li aceit

*assignar em nome da
testemunhas abaixo assignadas
reconhecidas de mim Guilherme
marchez. Bernardes Tabelliao
a Subscrição assignar em nome
do procurador*

Em se **V**da Cidade

Tabelliao: Guilherme Marchez

Jos Mendes da Costa Floriz

*Como Testemunha Bernardino Carlos Henrique da Costa
Joaquim Feliciano da Silva*

6

[Faint, illegible handwriting in cursive script, likely bleed-through from the reverse side of the page.]

[Faint, illegible handwriting in cursive script, likely bleed-through from the reverse side of the page.]

Junta

As vinte e seis dias do mes de
Outubro do mil e trezentos e
sessenta e sete, nesta Villa
de Tineas, em nome do Antonio
João, Junta de este auto
a publicas mandas de
soluendo e pida intimacao
guadiante segun Dogu
para constar foy este termo.
Em Guithem segun to
Varela, Lourenco de Cruz.

Excedido de foy e Antonio
Christiano de Tineas
clago de 650/1000 re.
apresso de 2 annos.
Porto Bello 14 de Junho
de 1865. Hoiz.

Alfama São João Municipal.

Nº 5. 100
D.º com. de J.º Reg.º
Pojucas, 1 de Set. de 1867.
Vim a Brancos

Diz José Mendes das Cortes Portuguezas, que na accão
d assignação de dez dias que promove a José Antonio
Martins, se achou fin dos ordens da lei que assigna
dos fins em audiência para o Suppl. satisfazer principais
juiz e custas, e como assim tenha de pagar de fared, por
isso requer o Suppl. a' l.º se seja servido mandar que se
pudesse mandado de solvendo a fim de dar o Suppl. exe-
cutado. Nestes termos //

Como requer. Pojucas 23 de Set. de 1867. de fared assim se
Outubro de 1867. deferir.

Boatou.

E. R. Mee

José Mendes das Cortes Portuguezas

estando de solvendo, por assim
canter José Antonio de fared.

O Alfama Municipal e a l.º
Boatou São João Municipal e
exercício em l.º tempo de das
Sebastianas de Pojucas.

Faco saber que em l.º audiência
se, foi citada José Antonio de fared.

ella a tin, morador nesta terra
se a no audience de rito
de correio me, vir a con-
ter um signal primo co-
brigaes, um hum credito
que the dize a quem ter
o principal e juizo mar-
cador no mesmo credito, e con-
tas ali adinal, e omeo ep
pregando com paxa, e te
e confessoem de devador de dita
quem ter e juizo, ou quem
per termo de confessoem, e quem
quem querir de condemnado
de preceito. E quem visto por
min, e condemnado de preceito
no principal juizo, e euitas
e autor me regneres quem
the mandam dar o seu
mandado de preceito, sol-
uendo, e massim omeo de
as escriptas the passam o
de to mandado, para os au-
toras tratarem de execucao
com paxa, e omeo de regneres e
todas as paxas de the
para de paxa de the
gratade o the devador q de
duos fmeos, e omeo de
the paxa de the, e omeo
oumeo the ite um man-
dado de preceito, e omeo
proximo multado, e omeo

o comprador e quem e
faca o cumprimento e cum-
prido e dar aos devidos ex-
cussões, de manum em
que me lle se contém e e
declarado e em virtude
della corre a execução
sua e deidos termos fub
principal juror e em ta
Dado e passado nesta villa
de São Sebastião do Igua-
ças, aos vinte e quatro dias
do mez de Outubro de 1867
Fizeo e fizeo de t. trun-
to e guarnição e guarnição
Eu Guilherme de Souza e
Carvalho, Escrivão da escre-
vitoria
Bartolomeu

Nº 2. 400
De quatro centos reis.
Fizeo, 24 de Out. de 1867.
Vitor Brancal

Certifico eu official de justiça abaixo
assignado que em Cumprimento do man-
dado de prisão em nome do Sr. J. de S. e S. C. 1500
meo Martin, por todo o conteúdo no mes C 6000
mo mandado, enão satisfazendo o que 7500
determina intencio de novo para
no prazo de vinte e quatro dias, a se-
tir a penhora ordenada no mes mo
mandado e fizeo e verdade e dou fi
Feitos 26 de Outubro de 1867
Alvaro e Pinto da Silva

Por suas ideias do my de eves
 vumbros de mil ante em to
 e suante est, nute velle
 do fiquas, um mme baron
 fago junteo ante nute
 a puticao que adianta
 segue. De que para com
 tar po, este termo em
 Guilherme Augusto Vande
 Lencinas de eves

~~Officio~~ Juiz Municipal,

Nº 1. ... 100
Excmo. Sr. Juiz Municipal,
João de Mello de Mello.
Ordem

Diiz fidei Mendes da Costa Rodrigues, que tem do pro-
prio do seu casamento a fidei-juramentada, por quan-
tia que este era devedor das fidei-juramentadas, e achou em
bolcões do principal, juros, e custas, que por isso sua
maioria auctor, passada a devida quitação de pago
e satisfeito. e estes termos.

f. 1.
Certo ser suscripto na- das, que quanto ao, auctor
parente seu. respectivo, e Escritas lare a
João de Mello de Mello referida quitação.
de 1867
Lui^{com}

C. N. M.

José Mendes da Costa Rodrigues

~~Officio~~ Juiz M^{al} 2º Substituto.

O Supp^{te} abaixo assignado, havendo lido sido
suscripto o 1º Substituto do Juiz M^{al} de 1º Termo,
o Cidadão Luiz Francisco de Souza e Correia,
vem por isso requerer a V. Sa de dignar lido
deferir o presente requerimento, por cujo
gracia

como pde. Tj. 6 de Nov. de 1867. C. N. M.
Bortura

José Mendes da Costa Rodrigues

